

Carlos Roberto Gonçalves

Direito Civil BRASILEIRO

PARTE GERAL

24^a edição
revista, atualizada
e reformulada

1



saraiva 

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Data do fechamento do livro: 20/10/2025

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright ©2026 by SRV Editora Ltda.

Publicada pelo selo SaraivaJUR

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Olvidor, 11

Rio de Janeiro - RJ - 20040-040

www.grupogen.com.br

- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da SRV Editora Ltda.

- Capa: Tiago Della Rosa

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.

- SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C625d

24. ed.

Gonçalves, Carlos Roberto, 1938-

Direito civil brasileiro: 1: parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. - 24. ed. - Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-8400-436-8

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

25-101029.0

CDU: 347(81)

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782



ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I

CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito	1
2. Distinção entre o direito e a moral	2
3. Direito positivo e direito natural	3
4. Direito objetivo e direito subjetivo	4
5. Direito público e direito privado	6
6. A unificação do direito privado	8

CAPÍTULO II

DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil	10
2. Histórico do direito civil	11
3. A codificação	12
4. O Código Civil brasileiro	14
4.1. O Código Civil de 1916	14
4.2. O Código Civil de 2002	15
4.2.1. Estrutura e conteúdo	17
4.2.2. Princípios básicos	17
4.2.3. Direito civil-constitucional	18
4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	19

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1. Conteúdo e função	21
2. Fontes do direito	22
3. A lei	23
3.1. Conceito	23

3.2. Principais características	24
3.3. Classificação	25
4. Vigência da lei	28
4.1. Início da vigência	29
4.2. Revogação da lei	31
5. Obrigatoriedade das leis	35
6. A integração das normas jurídicas	36
6.1. A analogia	37
6.2. O costume	39
6.3. Os princípios gerais de direito	40
6.4. A equidade	41
7. Aplicação e interpretação das normas jurídicas	42
8. Conflito das leis no tempo	45
9. Eficácia da lei no espaço	48
10. Alterações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018	52

PARTE GERAL

LIVRO I DAS PESSOAS

TÍTULO I DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

1. Nota introdutória	57
2. Personalidade jurídica	58
3. Capacidade jurídica e legitimação	58
4. Os sujeitos da relação jurídica	60
5. Conceito de pessoa natural	61
6. Começo da personalidade natural	62
7. Conceito e espécies	70
7.1. Incapacidade absoluta: os menores de 16 anos	70
7.2. Incapacidade relativa	73
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos	74
7.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico	75

7.2.3. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	75
7.2.4. Os pródigos.....	76
7.2.5. Curatela de pessoas capazes (com deficiência) e incapazes	77
7.2.5.1. O procedimento da curatela.....	77
7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada.....	81
8. A situação jurídica dos indígenas.....	82
9. Modos de suprimento da incapacidade.....	84
10. Sistema de proteção aos incapazes	85
11. Cessação da incapacidade.....	86
11.1. Maioridade.....	86
11.2. Emancipação.....	88
11.2.1. Emancipação voluntária.....	88
11.2.2. Emancipação judicial	90
11.2.3. Emancipação legal	90
12. Modos de extinção	94
12.1. Morte real.....	94
12.2. Morte simultânea ou comoriência	95
12.3. Morte civil	96
12.4. Morte presumida.....	96
13. Modos de individualização	98
13.1. Nome.....	98
13.1.1. Conceito.....	98
13.1.2. Natureza jurídica.....	100
13.1.3. Elementos do nome	101
13.1.3.1. Prenome	101
13.1.3.2. Sobrenome	102
13.1.4. Alterações do nome.....	103
13.1.4.1. Alterações de prenome já admitidas antes da Lei n. 14.382/2022.....	103
13.1.4.2. Alterações no prenome após a edição da Lei n. 14.382/2022.....	107
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome.....	108
13.1.4.4. Alteração de nome em caso de transexualismo	113
13.2. Estado.....	116
13.2.1. Aspectos	116
13.2.2. Caracteres.....	117
13.3. Domicílio.....	118
13.3.1. Domicílio da pessoa natural.....	119
13.3.1.1. Conceito	119

13.3.1.2. Espécies	121
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica.....	123
14. Atos do registro civil	124

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito.....	129
2. Fundamentos dos direitos da personalidade	130
3. Características dos direitos da personalidade.....	131
4. Disciplina no Código Civil.....	133
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade	134
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo.....	136
4.3. O tratamento médico de risco	139
4.4. O direito ao nome.....	142
4.5. A proteção à palavra e à imagem.....	142
4.6. A proteção à intimidade	145

CAPÍTULO III

DA AUSÊNCIA

1. Introdução	149
2. Da curadoria dos bens do ausente.....	150
3. Da sucessão provisória	151
4. Da sucessão definitiva	152
5. Do retorno do ausente	152
6. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal	153

TÍTULO II

DAS PESSOAS JURÍDICAS

1. Conceito.....	155
2. Natureza jurídica	156
2.1. Teorias da ficção	157
2.2. Teorias da realidade.....	157
3. Requisitos para a constituição da pessoa jurídica	158
3.1. Começo da existência legal	159
3.2. Sociedades irregulares ou de fato.....	162
3.3. Grupos despersonalizados	163
4. Classificação da pessoa jurídica.....	166
4.1. Pessoas jurídicas de direito privado.....	167
4.1.1. As associações	169

4.1.2. As sociedades.....	172
4.1.3. As fundações.....	173
4.1.4. As organizações religiosas	179
4.1.5. Partidos políticos	180
4.1.6. Empreendimentos de economia solidária	181
5. Desconsideração da personalidade jurídica.....	181
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas.....	190
6.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	190
6.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público.....	191
6.2.1. Evolução histórica.....	191
6.2.2. A Constituição Federal de 1988	192
6.2.3. Responsabilidade por atos omissivos	194
6.2.4. Danos decorrentes de atos judiciais	196
6.2.4.1. Atos judiciais em geral.....	196
6.2.4.2. Erro judiciário	198
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos.....	200
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional	200
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita.....	200
6.2.5.3. Imunidade parlamentar	201
7. Extinção da pessoa jurídica.....	201

LIVRO II

DOS BENS

1. Objeto da relação jurídica	205
2. Bens corpóreos e incorpóreos.....	206
3. Patrimônio.....	207
4. Classificação dos bens.....	209
4.1. Bens considerados em si mesmos	210
4.1.1. Bens imóveis e bens móveis.....	210
4.1.1.1. Bens imóveis	211
4.1.1.2. Bens móveis	214
4.1.2. Bens fungíveis e infungíveis	216
4.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	218
4.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis.....	219
4.1.5. Bens singulares e coletivos.....	220
4.2. Bens reciprocamente considerados.....	221
4.2.1. Bens principais e acessórios.....	222
4.2.2. As diversas classes de bens acessórios.....	223

4.2.2.1. Os produtos.....	223
4.2.2.2. Os frutos.....	224
4.2.2.3. As pertencas.....	224
4.2.2.4. As benfeitorias.....	226
4.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares.....	228
4.4. Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família.....	231

LIVRO III

DOS FATOS JURÍDICOS

TÍTULO I

DO NEGÓCIO JURÍDICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Fato jurídico em sentido amplo	235
1.1. Conceito.....	236
1.2. Espécies.....	236
2. Negócio jurídico	238
2.1. Conceito.....	238
2.2. Finalidade negocial	240
2.2.1. Aquisição de direitos	240
2.2.2. Conservação de direitos.....	241
2.2.3. Modificação de direitos.....	242
2.2.4. Extinção de direitos.....	243
2.3. Teoria do negócio jurídico.....	243
2.4. Classificação dos negócios jurídicos.....	245
2.4.1. Unilaterais, bilaterais e plurilaterais	245
2.4.2. Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes	246
2.4.3. <i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	247
2.4.4. Principais e acessórios. Negócios derivados.....	248
2.4.5. Solenes (formais) e não solenes (de forma livre).....	248
2.4.6. Simples, complexos e ligados	249
2.4.7. Dispositivos e obrigacionais.....	250
2.4.8. Negócio fiduciário e negócio simulado	250
2.5. Interpretação do negócio jurídico	252
3. Ato jurídico em sentido estrito	254

4. Ato-fato jurídico	256
5. Classificação	257
6. A tricotomia existência-validade-eficácia	258
7. Requisitos de existência	259
7.1. Declaração de vontade	260
7.1.1. O silêncio como manifestação de vontade	261
7.1.2. Reserva mental	262
7.1.2.1. Conceito	262
7.1.2.2. Efeitos	263
7.2. Finalidade negocial	264
7.3. Idoneidade do objeto	264
8. Requisitos de validade	264
8.1. Capacidade do agente	266
8.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	267
8.3. Forma	268

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO

1. Introdução	271
2. Espécies de representação	271
3. Espécies de representantes	273
4. Regras da representação	273
5. Representação e mandato	274
6. Contrato consigo mesmo (autocontratação)	275
6.1. Conceito	275
6.2. Efeitos	276

CAPÍTULO III

DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO

1. Introdução	278
2. Condição	279
2.1. Conceito	279
2.2. Elementos da condição	280
2.3. Condição voluntária e condição legal	281
2.4. Negócios jurídicos que não admitem condição	282
2.5. Classificação das condições	283
2.6. Retroatividade e irretroatividade da condição	288
2.7. Pendência, implemento e frustração da condição	289
3. Termo	290

3.1. Conceito.....	290
3.2. Espécies.....	290
3.3. Os prazos e sua contagem	291
4. Encargo ou modo	292
5. Negócio jurídico processual.....	294

CAPÍTULO IV

DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução	295
2. Conceito.....	296
3. Espécies.....	296
3.1. Erro substancial e erro acidental	296
3.1.1. Características do erro substancial.....	297
3.1.2. Erro substancial e vício redibitório.....	300
3.2. Erro escusável	300
3.3. Erro real	303
3.4. Erro obstativo ou impróprio.....	303
4. O falso motivo.....	304
5. Transmissão errônea da vontade.....	304
6. Convalescimento do erro	305
7. Interesse negativo	305
8. Conceito.....	306
9. Características.....	307
10. Espécies de dolo.....	308
11. Conceito.....	312
12. Espécies de coação.....	313
13. Requisitos da coação	313
14. Coação exercida por terceiro	317
15. Conceito.....	318
16. Distinção entre estado de perigo e institutos afins.....	319
16.1. Estado de perigo e lesão.....	319
16.2. Estado de perigo e estado de necessidade.....	320
16.3. Estado de perigo e coação.....	321
17. Elementos do estado de perigo	321
18. Efeitos do estado de perigo.....	323
19. Conceito	325
20. Características da lesão.....	327
21. Elementos da lesão	328
22. Efeitos da lesão.....	330
23. Conceito.....	331

24. Elementos constitutivos.....	332
25. Hipóteses legais.....	333
25.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida	334
25.2. Atos de transmissão onerosa.....	335
25.3. Pagamento antecipado de dívida.....	335
25.4. Concessão fraudulenta de garantias.....	336
26. Ação pauliana ou revocatória.....	336
26.1. Natureza jurídica	337
26.2. Legitimidade ativa	339
26.3. Legitimidade passiva.....	340
27. Fraude não ultimada	340
28. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor	341
29. Fraude contra credores e fraude à execução	342

CAPÍTULO V

DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução	347
2. Negócio jurídico inexistente	348
3. Nulidade.....	348
3.1. Conceito.....	348
3.2. Espécies de nulidade	349
3.3. Causas de nulidade.....	349
4. Anulabilidade	351
4.1. Conceito.....	351
4.2. Causas de anulabilidade	351
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade	352
6. Disposições especiais	353
7. Conversão do negócio jurídico.....	354
8. Conceito.....	355
9. Características da simulação.....	356
10. Espécies de simulação	357
11. Hipóteses legais de simulação.....	359
12. Efeitos da simulação.....	359
13. Simulação e institutos afins.....	359

TÍTULO II

DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis.....	361
2. Críticas à inovação.....	361

TÍTULO III

DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito.....	363
2. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	365
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	366
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	367
5. Imputabilidade e responsabilidade.....	368
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento.....	368
5.2. A responsabilidade dos menores.....	369
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual.....	370
6.1. Ação ou omissão.....	370
6.2. Culpa ou dolo do agente.....	370
6.3. Relação de causalidade.....	371
6.4. Dano.....	371
7. Atos lesivos não considerados ilícitos.....	372
7.1. A legítima defesa.....	372
7.2. O exercício regular e o abuso de direito.....	373
7.3. O estado de necessidade.....	374

TÍTULO IV

DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

CAPÍTULO I

DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução.....	376
2. Conceito e requisitos.....	377
3. Pretensões imprescritíveis.....	379
4. Prescrição e institutos afins.....	380
5. Disposições legais sobre a prescrição.....	382
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	385
7. Das causas que interrompem a prescrição.....	388
8. Prazos de prescrição no Código Civil.....	392

CAPÍTULO II

DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características.....	394
2. Disposições legais sobre a decadência.....	395

TÍTULO V

DA PROVA

1. Introdução	397
2. Meios de prova	398
2.1. Confissão	398
2.2. Documento.....	399
2.3. Testemunha	402
2.4. Presunção	403
2.5. Perícia.....	403
<i>Bibliografia</i>	405